

## Conferência das Partes – COP-15

## A posição brasileira

COM MUITA expectativa e esperança entre aqueles que se preocupam com os impactos das mudanças climáticas no planeta, a 15ª Conferência das Partes (COP-15), da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com a presença de 200 países em Copenhague, capital da Dinamarca, é considerada uma das reuniões mais importantes na história recente.

Para ser possível uma avaliação dos desdobramentos do encontro, é fundamental retroceder para 1972, quando a ONU organizou em Estocolmo, na Suécia, a primeira conferência mundial para discutir questões ambientais. Tido como o ponto zero do debate ambiental no mundo, o evento, que reuniu 113 países e mais de 400 ONGs, resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Diante da percepção da influência da ação humana sobre o clima e a necessidade de acompanhar o processo, foi criado, em 1988, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), para prover avaliações regulares sobre a mudança climática.

Em 2007, o Prêmio Nobel da Paz foi dividido entre o ex vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore e o IPCC, por seus esforços para consolidar e disseminar um maior conhecimento sobre as alterações climáticas provocadas pela atividade humana, e para criar as condições necessárias para enfrentá-las.

Essa premiação contribuiu para despertar a opinião pública e motivar os chefes de governo para formar políticas adequadas para inverter as alterações climáticas.

De acordo com a estimativa do IPCC, para limitar o aquecimento global a 2 °C até o fim do século, as emissões precisam parar de crescer até 2020. Como o próximo acordo para redução de emissões tem como prazo 2018, se os países emergentes ficarem livres de compromissos até 2018, será impossível fazer as emissões pararem de crescer até 2020.

O Brasil ocupa o 16º lugar entre os países que mais emitem gás carbônico para gerar energia, mas se forem considerados também os gases do efeito estufa liberados pelas queimadas e pela agropecuária, é o quarto maior poluidor (em % das emissões totais de gases do efeito estufa). Assim, os países industrializados exercerão forte pressão para incluir os projetos de conservação florestal no novo acordo que deverá substituir o Protocolo de Quioto, a partir de 2012. Mas, por razões de soberania nacional, governo brasileiro tende a ser contra a inclusão dos projetos de conservação florestal no acordo.

Nenhum país pode, atualmente, incluir projetos de conservação florestal no Protocolo de Quioto como projetos de redução de emissões de gases poluentes, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O protocolo permite apenas duas modalidades de projetos de MDL na área florestal: reflorestamento de áreas degradadas ou aflorestamento, ou seja, o plantio em áreas que nunca tiveram árvores.

O jogo de braço é certo na COP-15. De um lado, as nações desenvolvidas, que não querem mais assumir sozinhas o ônus dos compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa. De outro, os países em desenvolvimento, que

## Alinhamento de passo

Ciente de que o Brasil será alvo de duras contestações nos temas ambientais, principalmente no que se refere ao desmatamento e a queimada, governo e iniciativa privada devem se articular e montar um discurso para as discussões na COP-15. São apenas quatro meses disponíveis para a realização deste trabalho, que esta ainda em estágio bem embrionário.

Existe um conjunto de boas práticas agrícolas desenvolvidas pelo agronegócio na questão da sustentabilidade, que servem como *cases* reais de ações amigas do ambiente. No âmbito internacional, dentre outros, servem como exemplos formidáveis:

- O sistema de plantio direto;
- A integração lavoura e pecuária;
- A moratória da soja;
- O serviço de recolhimento de embalagens realizado pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV).

Na primeira reunião preparatória do Itamaraty para a COP-15, realizada em julho passado, o ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, apresentou o histórico de como o Brasil tem se posicionado nas negociações de mudanças climáticas. O principal assunto defendido é de que os países em desenvolvimento não precisam ter metas no período pós-Quito e de que os países desenvolvidos devem aumentar o financiamento para apoiar a redução de suas emissões. Temas como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (Redd) também fizeram parte da pauta de discussão. Nas próximas edições, *Agroanalysis* dará especial atenção a essas questões.

querem negociar a realização de ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sem metas específicas de redução de suas emissões. ■